DIÁRIO *de bordo*

Onda ou maremoto?

ROBERTO RODRIGUES



O que muda nos problemas das cooperativas em todo o mundo é o grau de sua intensidade. Capitalização, profissionalização, gestão, integração, fusões, alianças estratégicas, imagem, comunicação, filiação são palavras sempre presentes.

O conservadorismo dos dirigentes e a lentidão na tomada de decisões são parte do superado modelo de consultas às bases. Os mercados ficam mais e mais agressivos; a globalização exige agilidade, informação precisa e em tempo real e profissionalismo.

Fala-se muito da *segunda onda* do cooperativismo, caracterizada pela construção de um novo tipo de comportamento, determinado pelas mudanças radicais na economia mundial. Não faz mais sentido ver o cooperativismo como a *terceira via*, ao lado do capitalismo e do socialismo. Esses modelos eram margens por entre as quais fluía o cooperativismo, até que uma delas caiu com o muro de Berlim, gerando um período de perplexidade e perda de identidade para o movimento.

A *primeira onda* – após a Revolução Industrial em resposta ao desemprego e à pobreza – se desfez. *Terceira via* é hoje um outro conceito, manejado pelo primeiro-ministro Tony Blair e seus seguidores, e sinaliza a ação entre o Estado e o setor privado.

Neste caso o cooperativismo tem seu espaço, mas a *segunda onda* se baseia em outros pressupostos. Após a reforma dos princípios rochdalianos – aos quais se voltou com outra leitura –, feita pela ACI em 1995, surgiu um novo fluxo para o caudal cooperativo.

De um lado o mercado, onde as cooperativas precisam estar inseridas de forma competitiva, buscando o que antes seria considerado uma heresia: o lucro – mas não como um fim em si mesmo, porque a outra margem consiste na felicidade e no bem-estar de seus associados e da comunidade (novo sétimo princípio), que só podem ser alcançados por serviços de excelência prestados pela cooperativa eficiente no mercado e de resultados positivos.

Grande característica da *segunda onda*: as cooperativas precisam ser eficientes nos negócios. A receita é conhecida, mas três pontos são essenciais.

O primeiro: as fusões, que acontecem entre as empresas capitalistas do mundo em nome do poder de barganha, na dura guerra pelos mercados. Não há como fugir dessa via, única para o crescimento expressivo. Nos bancos cooperativos, ramo mais moderno do setor, assim como nos seguros, já se estudam fusões de empresas em nível internacional: seguradoras e bancos que não têm com quem se juntar em seus países buscam parceiros extrafronteiras.

A agricultura ainda não se deu conta de que esse ponto é básico, não para crescer, mas para sobreviver. O pequeno poder local impede o processo de fusões e incorporações, no qual não há a decantada aproximação entre produtores e consumidores, salvo exceções na Ásia e na América do Norte. O princípio da cooperação entre cooperativas ainda é muito acadêmico: o discurso é solidário, mas a prática é solitária.

Essencial é a imagem: no mundo concorrencial, a propaganda como sempre é a alma do negócio. É preciso ainda associar os produtos à diferença, pois a cooperativa existe para servir pessoas – diferença básica – e não para se servir delas visando lucros para empresários que invistam em suas empresas.

Uma última questão relativa à inserção competitiva são as novas cooperativas que surgem aos milhares em todo o mundo, geram empregos e crescem para segmentos como o habitacional, de crédito, escolar etc.

Jovens recém-saídos das universidades em todo o mundo, sem chance de emprego em suas profissões, encontram um excelente caminho em cooperativas de trabalho, serviços, na área social. Muitos deles não têm a menor informação sobre cooperativismo, apenas querem um emprego.

É preciso investir em sua formação, sob pena de colocar em risco a doutrina e a unidade do movimento.

A cooperativas anteriores à globalização e que não se renovam, se antepõe um setor novo e ágil, sem muita base doutrinária. É preciso promover um encontro entre os dois e usar a juventude instruída do segundo para fortalecer o primeiro.

Mas a questão pragmática não pode sepultar a social. Dois pontos controvertidos da *segunda onda*: o novo papel político das cooperativas como defensoras da democracia e outro, mais complicado, de agente contra a crescente iniqüidade no mundo.

A OIT fala em 2 bilhões de desempregados, o que não é uma minoria e ameaça a democracia. Por outro lado, cresce no mundo o poder político das grandes empresas sobre os governos – outro problema para a democracia.

Gerando emprego e associando pessoas, as cooperativas podem ter uma resposta a esses problemas, e se os governos entendessem isso poderiam aliar-se às cooperativas, braço econômico da organização social.

Os abismos sociais se alargam, engolem conceitos fundamentais como cidadania, família e pátria, ética e moral. A luta pela sobrevivência inibe tais noções e abre espaço para a violência, a insegurança, o vício e o terrorismo.

Faltam líderes mundiais capazes de encontrar a saída. As cooperativas devem assumir parte da responsabilidade. A solução para a iniqüidade passa pela organização da sociedade local, onde atua a cooperativa. É preciso surfar essa *onda* com competência, antes que se transforme em maremoto para o movimento.

Roberto Rodrigues é engenheiro-agrônomo, agricultor, professor de Economia Rural na Linesp de Jaboticabal e presidente da Aliança Cooperativa Internacional.